

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
LICENCIATURA EM FILSOFIA

LARISSA DE ALMEIDA ARAÚJO

A QUESTÃO DA MULHER:
UM RESGATE HISTÓRICO

CIDADE DE GOIÁS

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA
DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Larissa de Almeida Araújo

Título do trabalho: A questão da mulher: um resgate histórico

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;

- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Colantoni, Professor do Magistério**



Superior, em 02/07/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA DE ALMEIDA ARAUJO, Discente**, em 02/07/2021, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_documento_assinar&id_acesso_externo=157124&id_documento=2363698... 1/2 02/07/2021 SEI/UFG - 2185019 - Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI)



https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2185019** o código CRC **2F9D32A5**.

Referência: Processo nº 23070.028698/2021-32SEI nº 2185019 https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_documento_assinar&id_acesso_externo=157124&id_documento=2363698... 2/2

LARISSA DE ALMEIDA ARAÚJO

A QUESTÃO DA MULHER:

UM RESGATE HISTÓRICO

Monografia apresentada como requisito avaliativo para conclusão do curso de licenciatura em Filosofia da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas, da Regional Goiás da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Professora Dra. Ana Gabriela Colantoni.

CIDADE DE GOIÁS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Araújo, Larissa de Almeida

A questão da Mulher [manuscrito] : Um resgate histórico / Larissa de Almeida Araújo. - 2021.
XLIII, 43 f.

Orientador: Profa. Dra. Ana Gabriela Colantoni.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas, Filosofia, Cidade de Goiás, 2021.

Bibliografia.

1. Mulher. 2. Sociedade . 3. Histórico . 4. Classe . 5. Marxista . I. Colantoni, Ana Gabriela, orient. II. Título.

CDU 1

23070.028698/2021-32**2115808**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos sete dias do mês de junho do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A questão da mulher: um resgate histórico”, de autoria de Larissa de Almeida Araújo, do curso de Filosofia, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas (UAECH) da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Dra. Ana Gabriela Colantoni (UAECH-UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Dra Georgia Amitrano (UFU) e Renata Maria Santos Arruda (UAECH-UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou -se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Colantoni**,

Professor do Magistério



Superior, em 07/06/2021, às 21:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Santos Arruda, Professor do Magistério Superior**, em 07/06/2021, às 22:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Georgia Cris na Amitrano, Usuário Externo**, em 02/07/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_documento_assinar&id_acesso_externo=157053&id_documento=2287835... 1/1

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo a análise detalhada sobre a ideia de mulher, numa perspectiva histórica e política. Principalmente, no aspecto de construção social, ou seja, como as mudanças sociais acompanham e são responsáveis pela estrutura de como enxergamos o feminino. Para compreender melhor as consequências históricas, utilizaremos a teoria do materialismo histórico dialético, contido no pensamento marxista. Mediante o tema, utilizaremos Filósofos conhecidos pelas discussões acerca de gênero e luta de classe, sendo assim, será abordado *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, *Calibã e a bruxa* de Silvia Federici, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels Friedrich, *Mulheres, raça e classe* de Angela Davis. Portanto, o tema central do projeto consiste em observar a mulher enquanto um ser social, abordando também a diferente realidade entre a mulher branca e negra. Existe um problema estrutural que inviabiliza a emancipação das mulheres, para isso, é preciso entender o que é essa estrutura e como podemos combatê-la. Assim, essa pesquisa visa analisar e discutir sobre os processos políticos sociais contidos na problemática de gênero que, ao mesmo tempo, envolve raça e classe.

Palavras-chave:

Mulher; Sociedade; Histórico; Classe; Marxista.

ABSTRACT

This paper aims to provide a detailed analysis of the idea of women, from a historical and political perspective. Mainly, in the aspect of social construction, that is, how social changes accompany and are responsible for the structure of how we see the feminine. To better understand the historical consequences, we will use the theory of historical dialectical materialism, contained in Marxist thought. Through the theme, we will use Philosophers known for the discussions about gender and class struggle, therefore, The Second Sex of Simone de Beauvoir, Caliban and the witch of Silvia Federici, The origin of the family, of private property and the State of Engels Friedrich, Women, race and class by Angela Davis. Therefore, the central theme of the project is to observe the woman as a social being, also addressing the different reality between white and black women. There is a structural problem that makes women's emancipation unfeasible, for that, it is necessary to understand what this structure is and how we can combat it. Thus, this research aims to analyze and discuss the social political processes contained in the gender issue that, at the same time, involves race and class.

Keywords:

Woman; Society; Historic; Class; Marxist.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. A HISTÓRIA DA MULHER.....	13
1.1. A questão Medicinal no período de Caças às Bruxas.....	21
1.2. A construção do casamento.....	24
1.3. A mulher proletária vs. A mulher burguesa.....	26
1.4. A mulher negra: o apagamento.....	29
2. EDUCAÇÃO FEMININA UMA POSSÍVEL INFLUÊNCIA.....	32
2.1. A mulher migrante: a violência percorre continentes.....	35
2.1. A mulher trans.....	37
2.3 A visão contemporânea da mulher os movimentos feministas.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERENCIA BIBLIOGRAFIA.....	43

INTRODUÇÃO

A presente monografia consiste numa discussão histórica, e tem como objetivo central analisar os processos sociais mais importantes para abordar e compreender a Mulher enquanto um ser social e político. É preciso ter como fundamento que a sociedade é modulada por mudanças, as quais acompanham opressões e problemáticas sociais. Sendo assim, percebe-se que a problemática central consiste na existência de práticas de ódio contra a Mulher. Para isso, é preciso entender o contexto histórico de cada momento e como isso influenciou e ainda influencia a atualidade.

Entre alguns autores utilizados na pesquisa, a temática inicia-se com Simone de Beauvoir, Filósofa existencialista, reconhecida pela discussão de gênero, que problematiza a questão da mulher na França. Além de nos chamar atenção para a questão da mulher, aborda discussões sobre família, política e outros aspectos fundamentais para compreender a ordem patriarcal. Durante a leitura de *O Segundo Sexo*, a autora descreve a dificuldade em relatar o problema filosófico que consiste na posição da mulher numa sociedade desigual. Beauvoir explicita que o pensamento feito por uma mulher não é considerado válido, pois, muitas vezes é desqualificado. Primeiro, percebe-se quem expõe a opinião, para depois decidir se há importância ou não.

Entretanto, acredita-se que a desigualdade é reflexo de uma mudança estrutural, ou seja, houve momentos diferentes do atual, talvez, com uma inversão de papéis. Sendo assim, é pensado que a mulher nem sempre foi entendida como submissa, mas sua posição social é dependente do contexto histórico.

Portanto, é necessário percorrer os importantes acontecimentos históricos, desde antiguidade, modernidade e a atualidade. Sendo assim, nosso empenho consistirá em analisar contextos, destacando a importância da política como fundadora e modificadora. É necessário discutir a complexidade envolvendo o início do Estado e sua manutenção, e como o mesmo influencia na percepção de certos grupos sociais que discutiremos adiante.

Para tanto, organizamos a presente monografia dividida em dois capítulos. Inicia-se a argumentação expondo a “História da Mulher”, este tópico é responsável por apresentar a trajetória da humanidade dando ênfase à mulher, tendo em vista, vivências sociais, pela perspectiva filosófica. Os contextos apresentados são interligados à política

da época. É preciso abordar a mulher, mas enxergando-a como um ser político que teve sua categoria mudada conforme o período histórico. Assim, as classes sociais têm importante influência nessa percepção. Será abordado também a vivência da mulher no período de caça às bruxas, utilizando a perspectiva de Federici, do livro *Calibã e a bruxa*. De modo que, discutiremos a contra revolução, apagamento de violência sexual e a prostituição no período medieval.

Para abordar melhor o período de perseguição às bruxas, será retomado o estudo de *Calibã e a bruxa*, no intuito de discutir a relação do conhecimento feminino, sendo utilizado como justificativa ou ameaça para com a vida feminina.

Em seguida, será abordado o casamento como objeto de pesquisa. É discutido que o casamento é uma construção originada do capitalismo, para fins lucrativos, ou seja, existe benefícios para o capital na divisão de tarefas de um casamento monogâmico. Assim, percebe-se que o modelo de casamento é uma constituição refletida ao contexto histórico. Beauvoir, esclarece em vários momentos de *O Segundo Sexo* que a mulher é vista como um objeto para a consolidação de algo, seja como objeto de troca em casamentos arranjados ou como uma cuidadora do lar. Assim, a existência da mulher é estabelecida e direcionada para o outro. E esse acontecimento não é por acaso, mas é ideológico, pois, está interligado com as necessidades politicamente impostas em cada época.

Mediante esse contexto, é necessário relacionar as diferentes realidades contidas no termo “mulher”. Assim, abordaremos a mulher enquanto proletária e burguesa. Tanto Beauvoir quanto Federici alegam que não há união entre duas classes distintas, independente se compartilham do mesmo gênero. O contraste entre classe social apresenta a desigualdade entre a proletária e a burguesa e abre espaço para a discussão acerca de que a mulher burguesa não é resultado de uma emancipação feminina bem sucedida, mas baseia-se na falsa ideia de patrimônio adquirido, cedido pelo capitalismo.

Seguimos a discussão acerca da divisão de classes, pontuando a realidade da mulher negra. A problemática desenvolve-se pela percepção que, geralmente, a emancipação feminina não inclui a mulher negra, sendo assim, há uma enorme lacuna na teoria. Ademais, as mulheres negras lutam por espaços que sempre foram negados. Há uma realidade totalmente contraditória quando pensamos na história da mulher negra em comparação a mulher branca.

Nesse sentido, sustentamos que a divisão de classes, que estabelece a desigualdade social, não apenas é responsável pela opressão da mulher, como também é favorável pela manutenção da mesma, e engloba as demais opressões vivenciadas. Por isso, se faz necessário apresentá-las de modo que seja perceptível o contraste de direitos que são negados para as classes inferiores. Se, há uma divisão na sociedade que estabelece quem é merecedor de direitos básicos, certamente essa estrutura percebe o risco na emancipação da mulher, pois, sua base é mantida pela divisão desproporcional de classes.

Ainda discutindo a socialização feminina, abordaremos a mulher no âmbito educacional, discorrendo sobre a influência da família, doutrinas e os estereótipos que percorrem a história da mulher. Dado que, gostos, preferências e sentimentos podem ser posicionamentos inseridos ainda na infância.

Logo após, falaremos sobre a questão da imigração, devemos compreender as dificuldades que uma mulher migrante vivência, considerando que, além de ser uma mulher, também é discriminada por não morar no seu País nativo.

Por último, será apresentado a percepção da mulher na atualidade, tendo como foco as manifestações e lutas contemporâneas. Assim, trazendo reflexões sobre a influência na nova onda feminista, comentários sobre a distinção do feminismo liberal em comparação ao feminismo verdadeiro.

1. A HISTÓRIA DA MULHER

Ao estabelecer o primeiro contato com a filósofa Simone de Beauvoir na obra *O Segundo Sexo; Fatos e mitos* e *O Segundo Sexo; A experiência vivida*, percebemos que o assunto abordado pela autora tem como base algumas vivências particulares e fatos da época, sendo assim, busca retratar como a mulher é percebida na sociedade, levando em consideração fatos políticos e aspectos de transição na história.

As mudanças históricas são acontecimentos interessantes para analisar a visão do que é mulher. Adiante, ficará claro como a percepção do que é ser mulher pode ser algo moldado e caracterizado de forma distinta em cada contexto. Assim, a atualidade é reflexo de um posicionamento político anterior promovido pela classe dominante. Os acontecimentos não são ao acaso, mas consequências, isto é, se há problemas no modo

como a mulher é observada, a situação é resultante de algo já acontecido. “A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica” (BEAUVOIR, 1970, p. 73).

É importante analisar a questão da mulher desde os primórdios, no sentido que a discussão percorra a história e consigamos perceber as transições sociais, estabelecendo prioridade para a análise de direitos básicos sendo negados. Para isso, iniciaremos a discussão com os primeiros povos e suas particularidades na divisão de tarefas no âmbito familiar. “Nessa divisão primitiva do trabalho, os dois sexos já constituem, até certo ponto, duas classes; entre elas há igualdade” (BEAUVOIR, 1970, p. 74). Beauvoir, explicita a relação da mulher dando ênfase à divisão de tarefas e procriação. Divisões essas que colaboraram para a evolução da espécie.

E eis um primeiro fato de pesadas consequências: os primeiros tempos da espécie humana foram difíceis. Os povos coletores, caçadores e pescadores só extraíam do solo poucas riquezas e à custa de duros esforços. Nasceram crianças demais em relação aos recursos da coletividade; a fecundidade absurda da mulher impedia-a de participar ativamente na ampliação desses recursos, ao passo que criava indefinidamente novas necessidades. Imprescindível à perpetuação da espécie, perpetuava-se de maneira exagerada: o homem é que assegurava o equilíbrio da reprodução e da produção. Assim, a mulher não tinha sequer o privilégio de manter a vida em face do macho procriador; não desempenhava o papel do óvulo em relação ao espermatozoide, da matriz em relação ao falo; só tinha uma parte no esforço da espécie humana por perseverar em seu ser, e era graças ao homem que esse esforço se realiza concretamente (BEAUVOIR, 1970, p. 82).

Para a autora, a divisão no trabalho é notória, cada encargo direcionado para um gênero. Assim, a antiguidade humana é retratada pela conciliação entre caça e cuidado dos filhos. A reprodução da mulher é um importante fato que certamente limitava as oportunidades de caça e coleta com os homens, pois a gestação impedia de ter a mesma disposição que o homem. Além disso, não havia controle de fecundidade, então nasciam mais crianças do que os recursos disponíveis.

A maternidade destina a mulher a uma existência sedentária; é natural que ela permaneça no lar enquanto o homem caça, pesca e guerreia. Mas entre os povos primitivos quase só se cultivam hortas de dimensões modestas e que se encerram dentro dos limites da aldeia: sua exploração é tarefa doméstica; os instrumentos da Idade da Pedra não exigem um esforço intensivo; economia e mística concordam em confiar às mulheres o trabalho agrícola. No seu início, a indústria doméstica é também de competência delas: elas tecem tapetes e

cobertas, fabricam os vasilhames. São, muitas vezes, elas que presidem à troca de mercadorias; o comércio está nas suas mãos. E pois, através delas, que se mantém e propaga a vida do clã; de seu trabalho e de suas virtudes mágicas dependem os filhos, os rebanhos, as colheitas, os utensílios, toda prosperidade do grupo de que são a alma (BEAUVOIR, 1970, p.89).

Beauvoir (1970), destaca o pensador Engels como escritor que retrata a situação da mulher numa perspectiva da família. E utiliza a pesquisa do mesmo como mapeamento histórico para discutir o papel da mulher na divisão das tarefas na antiguidade. Durante a Idade da Pedra, havia igualdade no trabalho, as pessoas mantinham o mesmo ritmo de colaboração no cultivo de plantas. Mesmo que de forma não integralmente igualitária, havia uma pré-disposição para as tarefas.

Nessa divisão primitiva do trabalho, os dois sexos já constituem, até certo ponto, duas classes; entre elas há igualdade. Enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar. Mas as tarefas domésticas comportam um trabalho produtivo: fabricação dos vasilhames, tecelagem, jardinagem, e com isso ela desempenha um papel importante na vida econômica (BEAUVOIR, 1970, p. 74).

No decorrer da história a mulher é compreendida pelo ponto de vista do outro, assim, sua existência passa a ser caracterizada pela necessidade do outro. Seja no trabalho ou no casamento, essas particularidades são definidas pela dependência da época. Se algum direito foi cedido, alcançado ou proibido, certamente, coincidiu com a exigência da maioria. Essa teoria é extremamente precisa em *Calibã e a bruxa* de Silvia Federici, quando é repensada a transição para o capitalismo de um ponto de vista feminista e classista.

Portanto, perceberemos uma nova divisão de tarefas, tendo em vista a caça às bruxas do século XVII. Esse fato histórico foi de extrema importância para o capitalismo, pois consistia na consolidação da mulher enquanto indivíduo explorado, sendo propriedade do Estado, tanto como órgão reprodutor como proletária sem direitos básicos. Federici inicia a análise da trajetória da mulher pela perspectiva do proletário medieval, na luta contra o poder feudal. No processo de crise do feudalismo, a transição do capitalismo surge como uma proposta dos senhores feudais. A luta desse período também é conhecida pelas iniciativas contra desigualdade entre homens e mulheres.

No entanto, o modo como a história das mulheres se entrecruza com a história do desenvolvimento capitalista não pode ser compreendida se nos preocuparmos apenas com os terrenos clássicos da luta de classes — serviços laborais (*labor services*), índices salariais, rendas e dízimos — e ignorarmos as novas visões da vida social e da transformação das relações de gênero que tais conflitos produziram. Elas não foram insignificantes. É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal (FEDERICI, 2017,44).

Durante o período medieval o contexto histórico é retratado pelas diferenças sociais. A desigualdade de salários estava relacionada à divisão de fazendas, onde havia camponeses com direito a propriedades e aqueles que trabalhavam para conseguir um salário. “As mulheres também foram excluídas dos cargos para os quais se designavam camponeses abastados e, para todos os efeitos, tinham um *status* de segunda classe” (FEDERICI, 2017, p. 51). A mulher encontra-se dependente dos Senhores, pois além dos proprietários seguirem a linhagem masculina, os senhores eram responsáveis por decidir o comportamento da mulher, seja no trabalho do campo ou vida conjugal. “[...] sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de sus vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual” (FEDERICI, 2017, p. 52).

Durante esse período, a aldeia feudal era menos exigente com a divisão sexual do trabalho. Se formos compará-la com os estabelecimentos agrícolas capitalistas. Portanto, a mulher possuía inúmeras funções como, por exemplo, trabalhar no campo, cuidar dos filhos, administrar os afazeres de casa. Ou seja, a produção de trabalho consistia no sustento familiar. Um fato interessante, é que o trabalho doméstico era valorizado e considerado um trabalho. É claro que o status da mulher durante esse período precisa ser entendido como determinado pela relação entre senhores e servos, pois sua posição social era reflexo das lutas contra os senhores feudais.

Se também levarmos em consideração que, na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre os familiares e que a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de

uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentar os homens, embora a Igreja pregasse pela submissão e a Lei Canônica santificasse o direito do marido a bater em sua esposa (FEDERICI, 2017. P. 53).

Durante o século XV, surge o momento denominado “contrarrevolução” por Federici. Esse período é marcado pelo surgimento do Estado, o qual estimula a política sexual, isto é, no período em que os trabalhadores almejam lutar por seus direitos sobre terras, e que consigam ter vida digna, houve intervenções da classe capitalista e da igreja, para que qualquer manifestação contrária (do povo) fosse criminalizada, assim, a mulher é vítima de uma política controladora, ultrapassando as barreiras éticas, interferindo na condição pessoal e sexual da mulher, logo, podendo controlar suas ações, afim dos próprios interesses de acumular propriedades e corpos. Nesse momento, é concedido o acesso livre para violar o corpo de mulheres proletárias, portanto, o estupro torna-se algo cotidiano e sem consequências para os agressores. Imagina-se que a maioria dos jovens da época participaram desses ataques. Essa atitude do Estado, é entendida como uma medida tomada para aniquilar pensamentos contrários, questionamentos, e qualquer independência que a classe trabalhadora almejasse, e claro, nesse momento, a população é extremamente prejudicada, mas percebemos que a influência negativa, em relação, ao controle da mulher é superior, pois, atinge a liberdade de ir e vir, relacionar e ter autonomia. A domesticação contra a mulher inicia-se.

Nelas [Cidades Francesas], o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum, que se realizava aberta e ruidosamente durante a noite, em grupos de dois a quinze que invadiam as casas ou arrastavam as vítimas pelas ruas sem a menor intenção de se esconder ou dissimular (FEDERICI, 2017, p. 103).

A pesquisadora brasileira Brígida de Souza, assente com a teoria de Federici, descrevendo no texto *Herdeiras da Inquisição: Uma análise da violência contra a mulher, no desenvolvimento do capitalismo*, discorrendo sobre as injustiças ocorridas durante a Idade Média, e a influência do Estado nas atrocidades cometidas. Brígida (2018), ressalta que a perseguição às bruxas, possibilitou o fundamento propício para a iniciação da invalidação dos corpos femininos, para a fase de objetificação fosse possível, assim, sendo um produto econômico do Estado.

Além das consequências psicológicas que a mulher proletária deveria enfrentar após sofrer um estupro (legalizado pelo Estado) ainda era discriminada pela sociedade que não mais a aceitava, conseqüentemente, a única alternativa era recorrer à prostituição.

Outra crise envolvendo a crescente recorrência à prostituição como última alternativa, aconteceu entre os séculos XIV e XVI, nesse período a remuneração do trabalhado foi alterada, de tal modo que as mulheres recebiam cerca de metade do salário comparado ao homem, depois, passou para um terço da remuneração masculina, mesmo que ambos trabalhassem na mesma função operária. Assim, o colapso do salário, Federeci (2017), foi extremamente desastroso para as mulheres. Diante desta crise, acredita-se que o desenvolvimento exagerado da prostituição foi resultante desse momento. É imprescindível discutir a relação da demanda de prostituição em momentos de crise social.

Retratando a perda de direitos sociais das mulheres, para além da diminuição de salário, também ocorreu a privatização de terras, essa atitude de controle no campo, ocasionou no processo de expulsão das propriedades, assim, as mulheres camponesas não possuíam mais bens materiais, e recorriam ao processo de prostituição. Novamente, esse período é marcado pelo alarmante índice de prostituição. Mesmo sendo a última alternativa para adquirir dinheiro, também não era valorizada, aliás, a desumanização com essas mulheres era normalizado, de tal modo que em alguns lugares, por exemplo, na França, o estupro contra prostitutas não era considerado crime, em outros, era proibido que as mesmas dormissem em lugares públicos (ruas). Caso ocorresse, resultaria em expulsão, açoites e outras penalidades. Federeci (2017), também nos descreve que, prostitutas eram frequentemente acompanhantes de soldados, assim, atuavam como viajantes em combates militares, suas funções eram limitadas em servir aos soldados, tanto com alimentação, afazeres domésticos, quanto atos sexuais. Não somente tendo a função de servas, também eram submetidas à tortura.

Porém, logo que a prostituição se tornou a principal forma de subsistência para uma grande parte da população feminina, a atitude institucional a respeito dela mudou. Enquanto na baixa da Idade Média a prostituição havia sido aceita oficialmente como um mal necessário e as prostitutas haviam se beneficiado de um regime de altos salários, no século XVI a situação se inverteu. Num clima de intensa misoginia, caracterizada pelo avanço da Reforma Protestante e pela caça às bruxas, a prostituição foi inicialmente sujeita a novas restrições e, depois, criminalizada. Por todas as partes, entre 1539 e 1560, os bordéis urbanos foram fechados e as prostitutas especialmente aquelas que

trabalhavam na rua, severamente penalizadas: banimento, flagelação e outras formas cruéis de reprimendas (FEDERICI, 2017, posição 1995).

Tendo em vista, a criminalização da prostituição, a mulher prostituta é percebida como criminosa, mas seus clientes não são punidos, ou encarados da mesma forma pela sociedade. Essa diferença, segundo Federici (2017), proporcionou a autoridade para os homens, pois, ficaram responsáveis por destruir ou não o status de uma mulher, isto é, poderiam declarar que uma mulher era ou não prostituta, logo, as mulheres dependiam da compaixão dos homens para não serem punidas. Ademais, suas vidas estavam sujeitas ao outro, e isso definiria sua vida ou morte.

Posto isso, podemos verificar que a desvalorização da mulher, percorre toda a trajetória social. Nesse momento, é perceptível como esse processo é organizado e meticuloso para desonrar a mulher. Num momento a mulher encontra-se sem direitos, propriedades e dignidade para exercer o menor movimento na sociedade. Esse projeto misógino consistiu em excluir qualquer contribuição feminina na mão-de-obra, para, então poder direcioná-la ao trabalho de casa, concluindo em exercer um trabalho não remunerado, mas que garantisse moradia e status social positivo.

Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. De um ponto de vista teórico e político, entretanto, a questão fundamental está nas condições que tornaram possível tal degradação e as forças sociais que a promoveram ou que dela foram cúmplices (FEDERICI, 2017, posição 2015).

Esse fato (desumanização do corpo feminino), é o ponto inicial para que a mulher fosse vista como menos humana. A sociedade torna-se apática em relação a violência contra mulher e futuramente esse momento será entendido como o início à caça às bruxas: “Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez, a Inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina” (FEDERICI, 2017, p.104).

Enfatizando melhor o período de caça às bruxas, esta perseguição é caracterizada pelo controle do Estado sobre as mulheres. Federici propõe essa teoria fundamentada no

surgimento da propriedade privada. A relação de poder, estava relacionada ao controle do corpo da mulher e a economia, isto é, o corpo da mulher era visto como uma mercadoria, tanto para o trabalho no campo, quanto para exercer uma gestação. E o controle estava relacionado à reprodução, por isso, a forma como a mulher tinha filhos ou não, ocasionou em debates violentos. A filósofa acredita que esse período de perseguição foi fato importante para a construção do capitalismo.

Entre eles, devemos incluir a crescente privatização da propriedade e as relações econômicas que, dentro da burguesia, geraram uma nova ansiedade com relação à paternidade e à conduta das mulheres. De forma parecida, na acusação de que as bruxas sacrificavam crianças para o demônio — um tema central da “grande caça às bruxas” dos séculos XVI e XVII — podemos interpretar não só uma preocupação com o declínio da população, mas também o medo que as classes abastadas tinham de seus subordinados, particularmente das mulheres de classe baixa, que, como criadas, mendigas ou curandeiras, tinham muitas oportunidades para entrar nas casas dos empregadores e causar-lhes dano. No entanto, não pode ser apenas coincidência que, no momento em que os índices populacionais caíam e em que se formava uma ideologia que enfatizava a centralidade do trabalho na vida econômica, tenham se introduzido nos códigos legais europeus sanções severas destinadas a castigar as mulheres consideradas culpadas de crimes reprodutivos (FEDERICI, 2017, p. 170).

Para Beauvoir e Federici, a transição histórica que ocorre na construção do capitalismo desse período é um fato de extrema importância para compreender o lugar da mulher como indivíduo explorado, refém de um sistema patriarcal, no qual a mulher é produto de dominação. Nesse momento há uma redefinição de papéis de gênero. Segundo Federici (2017), o referido período de transição é marcado por uma enorme e violenta influência do Estado, a fim de estabelecer a construção da sociedade capitalista.

A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste "a grande derrota histórica do sexo feminino". Ela se explica pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos. "A mesma causa que assegurara à mulher sua autoridade anterior dentro da casa, seu confinamento nos trabalhos domésticos, essa mesma causa assegurava agora a preponderância do homem (BEAUVOIR, 1970, p. 74).

Ainda retratando a divisão sexual do trabalho, o contínuo avanço da privatização de terras consolidou a condição da mulher como “bem comum”. Sendo assim, o trabalho

doméstico passa a ser desconsiderado como trabalho e entende-se por algo natural. A mulher é considerada propriedade para ser usada como bem entenderem. Segundo Federici (2017), essa nova ordem sexual tem como consequência a dupla dependência da mulher, seja pelos empregadores ou pelos homens. Assim, há uma nova relação desigual entre homens e mulheres. Nesse momento a família consiste numa transição radical, sobre o ideal que é uma constituição relevante para a manutenção e reprodução da força de trabalho. Sendo assim, uma alternativa que possibilita o crescimento do mercado. Além de surgir como fonte de trabalho, também é o retrato do apagamento do trabalho da mulher, pois, sua existência é direcionada para os cuidados domésticos, mas não são valorizados.

[...] tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. Esta foi uma derrota histórica para as mulheres [...] (FEDERICI, 2017, p. 191).

Beauvoir, alerta para as dificuldades contidas na luta pela emancipação da mulher. A classe dominante percebe na família a possibilidade de manter a mulher no lar e assegurar os lucros do mercado. A divisão sexual do trabalho garante a desigualdade social, assim, a propriedade privada surge e é mantida por essa divisão.

Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (BEAUVOIR, 1970, p.17).

Portanto, o percurso da mulher é traçado pela influência política, que de forma negativa afeta a condição de liberdade feminina. Mesmo que possa reconhecer direitos adquiridos ao longo do tempo, podemos deduzir que essa emancipação atribuída de modo escasso também é influência do Estado. Foram direitos cedidos.

1.1 A questão medicinal no período de Caça às Bruxas

Regressando ao estudo de *Caça às Bruxas*, percebemos a contextualização que Federici estabelece ao descrever que o Estado, percebe no controle do corpo da mulher, a possibilidade de garantir o desenvolvimento do proletário moderno. No capítulo denominado *A época de queima de bruxas e a iniciativa estatal*, em *Calibã e a bruxa*, é apresentado a notoriedade que a caça às bruxas deveria possuir, pois, não há reconhecimento de como esse período de horror constituiu a mudança estatal. E, enfraqueceu as comunidades camponesas que estavam surgindo na época. Além de obstruir e enfraquecer as revoltas camponesas, que nesse período buscavam lutar contra os latifundiários, também, ocasionou na divisão intensa entre homens e mulheres.

O que ainda não foi reconhecido é que a caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletário moderno. Isso porque o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social (FEDERICI, 2017, posição 3149).

Segundo Federici (2017), na Europa, era realizado propagandas tendenciosas sobre feitiçarias, relatando julgamentos de mulheres, no intuito de aterrorizar as pessoas. Entretanto, feiticeiras eram consideradas aquelas que praticavam e tinham o simples conhecimento medicinal, assim, possuíam habilidades com ervas, chás. Portanto, esses saberes eram instrumentos de resistência e auxílio, pois, era compartilhado com os vizinhos e pessoas próximas, no intuito de curar pessoas doentes, animais e procurar objetos perdidos. Também era realizado partos, métodos contraceptivos, combate à febre, entre outras enfermidades. Esses conhecimentos eram, provavelmente, passados de geração em geração, no intuito de melhorar a qualidade de vida, lembrando da extrema pobreza vivenciada na época. Ademais, essas atitudes foram condenadas por não serem consideradas naturais, qualquer atitude que fosse relacionada ao domínio ou controle de um conhecimento medicinal, era caracterizado como bruxaria. Com o aumento dessa prática, as bruxas, conseqüentemente, representavam perigo para a nova classe capitalista, a magia era vista como uma rejeição ao trabalho, e assim, não havia como a classe proletária ser de fato dominada. Logo, a necessidade de perseguir e aterrorizar qualquer

mulher que tivesse conhecimentos básicos sobre elementos naturais, era visto como ferramenta de combate para aniquilar qualquer oposição aos dominadores.

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades - como feitiçarias, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída (FEDERICI, 2017, posição 3369).

Devido as crescentes manifestações promovidas pela classe trabalhadora da época, em que muitas eram organizadas por mulheres, acredita-se que a perseguição às bruxas ocorreu como repreensão a estes grupos. Muitas dessas manifestações e combates eram dirigidos e representados pelas mulheres feitiçarias. Assim, o pensamento diferente torna-se demonizado, pois, é perigoso para a ascensão da propriedade privada, e o mecanismo de defesa é um período de horror e matança. Portanto, vemos que a perseguição às bruxas privou o conhecimento das mulheres forçando-as a aderirem a condutas impostas autoritariamente, de modo que destruiu a autonomia existente e alimentou a exploração feminina, um produto para e do Estado.

Na pesquisa de Lucía Tosi, intitulada *Mulher e Ciência, a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna*, é retratado o conflito sangrento sofrido pelas mulheres, representando o início das caças e o surgimento da ciência sendo entendida não mais como algo demoníaco. Assim como Federici, a autora também afirma que a ascensão da propriedade privada, motivou o período de brutalidade contra as mulheres curandeiras. É preciso destacar que, em geral, os trabalhadores sofriam repreensão, mas as pessoas mais afetadas de forma mortal, eram as mulheres.

A mudança drástica ocorrida a partir do fim do século XV comportava a demonização da mulher, principalmente da mulher sábia. Aqueles conhecimentos empíricos, que as mulheres dominavam e praticavam desde épocas ancestrais, foram considerados suspeitos. Afirmava-se que dada sua fraqueza física e moral, sua limitada inteligência, sua carência de raciocínio, sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, a mulher era a vítima privilegiada de Satã. Seu saber e seus misteriosos poderes só podiam ter sido adquiridos por meios ilícitos, pactuando com o demônio. Foi essa a imagem da bruxa elaborada com amplos detalhes durante mais de um século por inquisidores católicos, padres protestantes e a elite burocrática criada pelos estados emergentes (TOSI, 2012, p. 375).

Assim, é incontestável, que a perseguição às bruxas foi fundamentada pelo controle social, resultando num ato cruelmente político, que assegurou a transição estatal regido pelo interesse dos latifundiários (classe dominante).

1.2. A construção do casamento

Friedrich Engels, em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, investiga a relação da mulher no casamento e possibilita a discussão de gênero, atrelada à estrutura de classes. E discute a relação do casamento como base fundamental para compreender a opressão gênero. O autor discute a relação da monogamia como uns dos principais pontos de seu livro para analisar o percurso do casamento na história. Assim, a questão do casamento também é desenvolvida como relação do processo das fontes de sustento.

Todas as grandes épocas do progresso humano coincidem de modo mais ou menos direto com as épocas de ampliação das fontes de sustento. O desenvolvimento da família acompanha esse processo, mas não oferece características tão contundentes para uma subdivisão dos períodos (ENGELS, 2019, p. 21).

Segundo a autora Beauvoir, acredita-se que muitos casamentos iniciaram de modo predatório, onde não haveria conquista ou acordo das duas partes, mas o uso de força para possuir alguma mulher que fosse de seu interesse. Há também os casamentos de troca, os quais são estabelecidos por uma mulher sendo trocada por algo de valor, sendo propriedades, status, etc. Essas ações também podem ser compreendidas como mercado de violação ao corpo da mulher, pois, a mesma não possui autonomia para escolher o próprio parceiro. Engels (2019) também visa encontrar nessas relações baseadas em troca e raptos indícios da monogamia. Assim, sustenta que se uma mulher foi raptada pelo homem “x”, ela deveria ser fiel somente a este, e se caso, outro homem a raptasse, logo, deveria ser fiel somente ao último, isto é, mesmo com a violação de direitos de escolha, ainda prevalecia um relacionamento constituído apenas por duas pessoas. A fidelidade era mais importante que o ato de violar o corpo de alguém. Segundo Engels, a monogamia iniciou tendo como característica principal a posse, não apenas sobre a companheira, mas sobre os bens materiais. A monogamia tornou possível que as propriedades de uma

família fossem passadas apenas para os herdeiros legítimos, ou seja, consistia em manter os bens materiais contínuos para uma única família, possibilitando ainda que o patriarca estivesse ciente sobre quem administraria futuramente.

O casamento primitivo funda-se, por vezes, num rapto real ou simbólico. Isso porque a violência cometida contra outrem é a afirmação mais evidente da alteridade desse outrem. Conquistando a mulher pela força, o guerreiro prova que soube anexar-se uma riqueza alheia e derrubar as barreiras do destino que seu nascimento lhe designara; a compra sob todas as suas formas — tributo pago, prestação de serviços — manifesta com menos evidência a mesma significação (BEAUVOIR, 1970, p. 94).

No estudo que retrata esses posicionamentos (acerca do casamento), denominado por *Educação dos corpos e desigualdade entre os sexos: apontamentos a partir das perspectivas de Simone de Beauvoir e Pierre Bourdieu*, notamos a presença de Beauvoir, abordando a obrigação que a mulher encontra-se na forma compulsória de possuir um casamento e gerar filhos, assim, a particularidade da mulher que se encontra numa casa, com obrigações domésticas e maternais, é entendida como única alternativa, isto é, a mulher casada tem como intuito cuidar da casa e família, sendo essa sua única ocupação. Entretanto, o homem consegue transitar entre seu local de trabalho e o particular. Dado esse fato, é entendido por Beauvoir (1967), que o casamento precisa ser retirado da ideia de prioridade, para que a vida da mulher não seja apenas pela espera de um homem e as consequências de um casamento. De acordo com esse pensamento, Bourdieu (2003), concorda apresentando que a vida social da mulher é limitada, pois, a construção da família está em primeiro lugar, e a vida particular encontra-se desfocada. Assim, os interesses femininos são desconsiderados para preocupar-se com o Outro.

A filósofa Federici, também aborda a questão do casamento como sendo considerado algo extremamente relevante na vida da mulher. Assim, o casamento é tido como o aspecto central da vida, pois, desde a infância é falado sobre a necessidade do mesmo. Deste modo, a instituição familiar deixa de ser uma conquista pessoal e é compreendida, mesmo que indiretamente, como obrigação, isto é, dependendo da situação conjugal da pessoa, o corpo social determina de modo discriminatório o caráter e intenções da pessoa solteira.

O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão

certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário (FEDERICI, 2017, p.184).

Visto que anteriormente destacamos o fato de o casamento ser moldado e construído pelos interesses políticos e econômicos de cada período histórico em questão, podemos perceber a narrativa de compromisso social que há na forma de se relacionar. Mesmo que não possua interesse ideológico na construção conjugal, há inúmeras violências cometidas contra pessoas que optam pelo não casamento, que sofrem tanto pelos casamentos forçados, quanto pelo desprezo da sociedade. De certo modo, destacamos as violências acontecidas no período medieval, e como as relações pessoais eram responsáveis por determinar a capacidade e integridade de uma mulher.

Para Engels (2019), o casamento é algo contínuo e mutável, é moldado seguindo os desenvolvimentos na sociedade. Assim, é percebido como algo perseverante que acompanha o percurso dos indivíduos sociais. Essa teoria pode ser analisada destrinchando as estruturas familiares diferentes contidas num mesmo continente. Por exemplo, o casamento e a sua estrutura é composta por integrantes, pais, mães e filhos. Essa estrutura pode ser entendida de outro modo, ou seja, mesmo que a nomeação ou entendimento sobre quem compõe o lar familiar seja diferente de outra cultura, ainda há uma necessidade ou sentimento mesmo que indireto, de engendrar um relacionamento. O problema está na obrigação em edificar uma relação, e a desvalorização social que aqui, no caso, a mulher pode sofrer. Portanto, a instituição familiar acompanha as alterações no corpo social.

1.3. A mulher proletária vs. mulher burguesa

Quando o tema “Mulher” é abordado, é preciso realizar distinções nas realidades contidas nesta única categoria. Olhando bem, durante o processo histórico, houve distinções na forma como as pessoas eram valorizadas ou receberiam direitos. A distinção acontece pela perspectiva de que existe categorias no corpo social que delimitam de forma discriminatória quem é digno ou não de direitos básicos. Relembrando o episódio abordado por Federici, quando relata a experiência de mulheres proletárias no período de transição para o capitalismo, pode-se observar que é nítido como a proletária não apenas era produto de trabalho, mas também vítima de estupro, crime este que na época era

percebido como “normal”. Esses crimes eram realizados apenas e somente contra mulheres proletárias, pois o Estado não iria intervir nos casos. Isto é, a parte proletária das mulheres não seria digna de receber os mesmos direitos que a da classe burguesa, pois além do consentimento das autoridades sobre os crimes, também havia de certo modo uma aceitação.

Sustento que esse é o contexto histórico em que se deve situar a história das mulheres e da reprodução na transição do feudalismo para o capitalismo, porque as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres — especialmente entre as proletárias, seja na Europa, seja na América — foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 126).

Beauvoir retrata que não há acordo ou companheirismo entre a mulher proletária e a burguesa. “Burguesas, são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas” (BEAUVOIR, 1970, p. 13). São classes diferentes, em que a dominante necessita da exploração da outra para sua manutenção, ou seja, a mulher burguesa compactua com interesses dos homens burgueses, pois, há compatibilidade pela classe social. Mesmo que seja sobre duas mulheres, a hierarquia de classes as separa, nomeando-as em opressora e oprimida. Rosa Luxemburgo (2020), acrescenta que a mulher burguesa, não possui interesses em problemas sociais, questões políticas, pois, não exerce função econômica na sociedade, porque contribui e usufrui da exploração dos trabalhadores.

Vimos que as grandes burguesas, as aristocratas sempre defenderam seus interesses de classe mais obstinadamente ainda do que seus maridos: não hesitam em sacrificar a esses interesses sua autonomia de ser humano; abafam em si todo pensamento, todo juízo crítico, todo impulso espontâneo; repetem como papagaios as opiniões aceitas, confundem-se com o ideal que o código masculino lhes impõe; em seu coração, em seu rosto mesmo, toda sinceridade morre (BEAUVOIR, 1970, p. 392).

Engels também esboça a teoria de que a mulher proletária possui uma categoria diferente da burguesa, e isso implica no seu papel social, ou seja, a proletária é afetada de forma negativa pelas transições sociais, sendo assim, a mesma “surge” como um produto desvalorizado. Assim, as ideias de mulheres de castas distintas não coincidem, pois, uma precisa da exploração da outra.

Tornou-se um serviço privado; a mulher se tornou a serviçal número um, alijada da participação na produção social. Foi a grande indústria do nosso tempo que voltou a franquear à mulher – mas só à mulher proletária – o caminho para a produção social (ENGELS, 2019, p. 80).

A pensadora Wendy Goldman, em sua obra *Mulher, estado e revolução*, diferencia a questão da mulher pela busca de direitos. Na sua tese, percebe a necessidade em alertar para as diferentes opressões ocorridas por mulheres de classes diferentes, sendo assim, distingue o modo da mulher burguesa, que se preocupa apenas com a autoridade em administrar as propriedades da família, atenta-se também para realizações pessoais, como educação formal, enquanto a mulher proletária vivencia a obrigatoriedade de trabalhar para melhorar a renda familiar, portanto sua luta defendia melhores direitos trabalhista e era conjunta ao homem proletário.

Nesse sentido, a pensadora Rosa Luxemburgo, também apresenta a relevância em destacar a mulher proletária como ponto de análise, sendo na sociedade um corpo dominado, que é instrumento para o comércio. Isto é, a proletária sempre esteve presente no trabalho braçal, antes da iniciativa da propriedade privada, estava inserida nas atividades rurais, industriais e outras categorias compartilhadas com os homens, mas, depois da transição do Estado, manteve-se no trabalho doméstico, e como já vimos, desvalorizado, pois, não é reconhecido como um trabalho original. Assim, Luxemburgo (2020), afirma que não somente deve-se buscar a extinção do horror da proletária, mas de todo povo que sofre na crise de classes.

Como mulher burguesa, a mulher é uma parasita da sociedade, sua função consiste apenas em auxiliar no consumo dos frutos da exploração; como pequeno-burguesa, ela é o animal de carga da família. E apenas na proletária que a mulher se toma um ser humano, pois é apenas a luta que produz o ser humano, a participação no trabalho cultural, na história da humanidade (LUXEMBURGO, 2020, p. 433).

Apresentado esses parâmetros sociais de desigualdade, Luxemburgo, nos faz pensar na importância da mulher proletária, não apenas como produto explorado, mas como um alicerce na luta contra a desigualdade econômica, tendo como objetivo ser contrária a exploração e objetificação, para que prossiga numa revolução, a qual propõe liberdade e direitos iguais. Por isso, é necessário que a mulher proletária ocupe lugares

de domínio público, para que seja constituída a busca por direitos, estes retirados e limitados pela classe dominante.

A proletária precisa de direitos políticos, pois exerce a mesma função econômica que o proletário masculino na sociedade, se sacrifica igualmente para o capital, mantém igualmente o Estado, e igualmente sugada e subjugada por ele. Ela tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas. Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho (LUXEMBURGO, 2020, p. 434).

Assim, podemos perceber o contraste entre duas mulheres de classes diferentes, e como seus interesses não estão alinhados. Estas relações são uma forma de manutenção e permanência do problema. Se a classe dominante age pelos próprios interesses que consistem no acúmulo de propriedades, enquanto há outros lutando pelo direito de possuir o básico, então chegamos a um impasse, onde não há conciliação, pois a classe dominante necessita da manutenção do estado desigual para o seu crescimento particular.

1.4. A Mulher negra: o apagamento

Conhecendo a necessidade de destrinchar as particularidades existentes no conceito “Mulher”, a situação da mulher negra é outra perspectiva problemática que precisa ser analisada de modo cuidadoso. Sabendo de diferenças existentes entre a proletária e burguesa, a mulher negra encontra-se em outro campo de discriminação, no sentido em que não é nem mesmo reconhecida enquanto humana e mulher.

Enquanto as mulheres proletárias possuíam alguns problemas sociais, as mulheres negras eram desumanizadas, ao ponto de serem vendidas, raptadas para outros continentes, de modo que fossem escravizadas e “domesticadas”. Assim, percebemos o contraste na realidade de mulheres exploradas. Enquanto mulheres brancas lutavam por direitos trabalhistas, mulheres negras ainda eram escravizadas.

As experiências traumáticas das mulheres africanas e dos homens a bordo nos navios negreiros foram apenas o estágio inicial de um processo doutrinado que iria transformar os seres humanos africanos livres em escravos. Uma parte importante do trabalho dos escravagistas era efetivamente transformar a personalidade africana a bordo dos navios de tal modo que seriam vendidos como escravos “dóceis” nas colônias americanas (HOOKS, 2014, p. 16).

Durante esse processo de colonização, havia tanto sexualização de corpos negros quanto a desvalorização, ou seja, os dois aspectos citados são declaradamente discriminatórios, pois, consideram os corpos negros como inferiores. A pensadora Bell Hooks, descreve na sua obra *Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo*, como a mulher negra é lida pelo patriarcado. Com uma perspectiva diferente, a qual explicita a importância de discutir sobre racismo estrutural.

O sexismo institucionalizado – ou seja, o patriarcado – formou a base da estrutura social americana bem como o imperialismo racial. O sexismo era uma parte integral da ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram das suas terras da Europa e teve um impacto grave no destino das mulheres negras escravizadas. Nos seus estados iniciais, o negócio da escravatura focou-se primeiramente na importância dos trabalhadores; a ênfase nesse tempo era sobre o homem negro (HOOKS, 2014, p. 14).

A filósofa Angela Davis, que teve papel importante na luta feminista e integrou o grupo Panteras Negras nos EUA, aborda no seu livro *Mulheres, raça e classe* que a mulher negra é percebida pela sociedade como um produto de trabalho, que possui tempo integral para realizar atividades, principalmente domésticas. Estes são alguns estereótipos adquiridos durante o período escravagista e que permanecem em rigor. Sendo assim, a juventude da mulher negra consistia na exploração, pela qual cuidaria de uma ou mais famílias, assim, não teria disponibilidade para outras possibilidades. E essa parte está relacionada às mulheres que trabalhavam nas cidades, a maioria vivia e trabalhava em zonas rurais, na colheita.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas [9]. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero (DAVIS, 2016, posição 134).

Durante o período de luta feminista na América, houve apagamento da luta das mulheres negras. Nos momentos de debates e manifestações apenas as mulheres brancas

eram reconhecidas como ativistas pela causa, e tanto os homens quanto as mulheres brancas repudiavam discursos do povo negro. Deste modo, não houve apenas apagamento da luta feminista, mas falácias no sentido que a mulher negra não possuía interesse na emancipação feminina, sendo que o imperialismo racial contido na política nunca possibilitou que mulheres negras pudessem participar do movimento, pois eram vistas como inferiores e propriedades. Assim, o movimento teve como pauta principal a questão de gênero, descartando a discussão de raça, assim, excluindo mulheres da revolução.

As mulheres negras do século XIX estiveram mais conscientes da opressão sexista do que qualquer outro grupo feminino da sociedade americana tivesse estado. Não foram apenas o único grupo feminino mais vitimizado pela discriminação sexista e pela opressão sexista, a sua impotência era de tal forma resistente que dificilmente podia tomar a forma de ação coletiva organizada. O movimento de direitos de mulheres do século XIX podia ter providenciado um fórum para que as mulheres negras exprimissem as suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas impediu-as de participarem de forma total no movimento. Para além disso, serviu como um túmulo que lembrava que o racismo tinha de ser eliminado antes de as mulheres negras serem reconhecidas como tendo voz igual às mulheres brancas nos assuntos dos direitos das mulheres. As organizações de mulheres e os clubes do século XIX foram quase sempre segregados racialmente, mas não significava que as mulheres negras participantes nesses grupos fossem menos comprometidas com os direitos das mulheres que as participantes brancas (HOOKS, 2014, p. 116).

Durante o processo de emancipação das mulheres nos Estados Unidos, iniciava a conquista de direitos. Dentre eles, o direito ao aborto legalizado. Antes de 1970, o debate sobre a mulher ter relações sexuais como algo obrigatório no casamento ainda não era pautado, sendo assim, as relações sexuais não poderiam ser recusadas. Neste momento, inicia-se a discussão sobre controle de natalidade e contracepção. Davis comemora esse avanço, mas o critica pela forma de não discutir a questão da exploração de classe e do racismo. A pensadora questiona essa atitude, ressaltando que a realização de abortos em clínicas clandestinas, eram quase que integralmente feitas por mulheres negras, devido a vida precária que vivem desde a escravidão. Trazer outra vida negra não parecia uma ótima ideia, por isso, quase sempre desistiam da gravidez.

Quando eram levantadas questões sobre a ausência de mulheres racialmente oprimidas tanto no movimento mais amplo quanto na campanha pelo direito ao aborto, duas explicações eram comumente apresentadas nos debates e na literatura do período: as mulheres de minorias étnicas estavam sobrecarregadas pela luta de seu povo contra o racismo; e/ou elas ainda não haviam se conscientizado da centralidade do sexismo (DAVIS, 2016, posição 3526).

As afirmações de que mulheres negras não estariam aptas para discutir sobre sexismo e controle de natalidade, eram extremamente equivocadas. Como alerta Davis, o aborto sempre esteve presente na vida de mulheres negras, na maioria das vezes como única opção. Geralmente os abortos realizados por escravas aconteciam no início da gestação, ao perceberem que poderiam gerar outra criança que teria o mesmo destino, optavam por interromper a gestação.

Por que os abortos autoinduzidos e os atos relutantes de infanticídio eram ocorrências tão comuns durante a escravidão? Não era porque as mulheres negras haviam descoberto soluções para suas agonias, e sim porque elas estavam desesperadas. Abortos e infanticídios eram atos de desespero, motivados não pelo processo biológico do nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão. A maioria dessas mulheres, sem dúvida, teria expressado seu ressentimento mais profundo caso alguém saudasse seus abortos como um passo rumo à liberdade (DAVIS, 2016, posição 3558).

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), retratam no capítulo *O movimento das mulheres negras no Brasil*, a desconformidade existente na relação mulher branca e negra, dado que, no ano de 1975, as mulheres negras representaram na ONU, um Manifesto acerca da vivência da mulher negra, em relação, ao trabalho, sexualidades, entre outros aspectos. Durante esse período de iniciativas do feminismo negro, as mulheres brancas continuaram apáticas sobre o assunto, ao ponto de não abordarem esse tema como pauta importante no movimento, assim, as dificuldades das mulheres negras sendo desconsideradas.

Pela perspectiva de Davis, durante a luta feminista nos EUA, percebemos o contraste em relação a perspectiva de direitos entre mulheres negras e brancas. Não somente a dificuldade para conseguirem respeito pela população masculina, mas também o reconhecimento de mulheres brancas. Assim, vemos a ausência da discussão de raça que possibilitou a manutenção da opressão, e isso reflete na atualidade, pois, ainda hoje o movimento feminista carece de outras pautas, isto é, concentra-se apenas na opressão de gênero, anulando outras existências.

2. Educação Feminina: uma possível influência

Na intenção de mapear as diferenças estabelecidas na sociedade, no intuito de caracterizar as problemáticas, devemos estruturar as particularidades na formação educacional da mulher, deste modo, descrevendo as mudanças, dificuldades e razões do ensino para cada momento histórico abordado. Por conseguinte, será utilizado os pensamentos de Simone de Beauvoir, na tentativa de discutir prioridades do ensino e a qual papel a mulher exerce.

Para Beauvoir (1970), a primeira educação recebida, é aquela que acontece em casa, sendo passada pelos pais. Nesse sentido, a educação pode ter o sentido de validação apenas visando o casamento, isto é, concentrado a importância de construir uma família, assim, tendo uma carga emocional de dependência, pois, relações são percebidas como prioridade. Consequentemente, se a atenção é direcionada apenas para a “x” questão, outras ficarão dispersas, por exemplo, a questão de especializações, estudos, profissão, independência, etc. Novamente, a autora enfatiza a relevância do Outro em relação a vida da mulher.

E elas veem nisso tantas vantagens que as próprias o desejam; e desse estado de espírito resulta serem elas o mais das vezes menos especializadas, menos solidamente formadas do que seus irmãos, e não se empenham integralmente em suas profissões; desse modo, destinam-se a permanecer inferiores e o círculo vicioso fecha-se, pois, essa inferioridade reforça nelas o desejo de encontrar um marido (BEAUVOIR, 1970, posição 3049).

Consequentemente, a educação recebida pela família, poderá ser positiva ou negativa para o futuro, dado que, os posicionamentos e prioridades dos filhos são afetados, a influência dos pais torna-se algo interessante para analisar. Ademais, a questão da feminilidade, dependência emocional, prioridades profissionais podem ter importâncias diferentes dependendo de quem influencia. Veja bem, em dado momento de *O Segundo Sexo*, Beauvoir, relata que uma menina, poderia considerar como aceitável; roupas, gostos, que não fossem necessariamente femininos, pois, dependendo de como foi realizada sua criação, ela teria uma percepção diferente sobre o que ser mulher, assim, podemos supor, que se um menino tivesse uma educação que valorizasse os sentimentos, então o mesmo poderia lidar com suas emoções (ao invés de reprimi-las). É perceptível que, se a educação fosse exercida de forma libertadora e autônoma, provavelmente, desde a infância a menina poderia compreender que há inúmeras possibilidades de como existir.

Parafrazeando novamente o estudo *Educação dos corpos e desigualdade entre os sexos: apontamentos a partir das perspectivas de Simone de Beauvoir e Pierre Bourdieu*. A Simone, descreve como a educação passada pelos pais é influente na percepção de mundo da mulher, dado que a inferioridade é vista como algo padrão, no sentido de aceitação, isto é, a suposta afirmação que mulheres são inferiores, provoca a conformação, assim, demarcando que a importância está no Outro, anulando a prioridade da própria existência.

A criança não herda apenas as disposições que provém de sua educação familiar, mas também um bem social mais amplo, uma vez que a educação dos pais aos filhos se molda a partir de suas próprias experiências sociais com o sexo - e como enxergam o sexo oposto, como exposto por Bourdieu (2001; 2003) e Beauvoir (1967;1970). Desta forma, homens e mulheres expressam relações arquetípicas entre os sexos: há uma forma correta do homem se portar diante da mulher e vice-versa, ou do homem se portar diante de outros homens e da mulher se portar diante de outras mulheres (CABALLERO, JUNIOR, 2017, p. 9).

Para além do ensino informal, também podemos analisar o ensino acadêmico, que também apresenta sinais da socialização e papéis de gênero, como dito anteriormente. Na pesquisa *Educação, trabalho e socialização de gênero: quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social*, elaborada por Sandra Duarte de Souza, é investigado as ações que levam as mulheres a buscarem determinadas áreas da academia. Por exemplo, mesmo atualmente no Brasil, em que existe um aumento da presença feminina em espaços públicos, as áreas escolhidas para estudar e trabalhar, são associadas ao cuidado, isto é, ciências humanas e biológicas, enquanto a população masculina, encontra-se em maioria atuando na área de exatas. Veja bem, os cursos de psicologia, saúde e beleza são predominadas por mulheres, segundo Sandra Duarte (2008), esta decisão profissional não é escolhida ao acaso, mas associada com valores e estereótipos, assim, a ideia de como a mulher deve cuidar, manter e ser responsável pelo Outro, permanece mesmo que de modo indireto. Outro aspecto para considerar, está relacionado ao fato que estas áreas exercidas predominantemente pelo grupo feminino, são desfocadas no mundo do trabalho. Enquanto áreas de exatas são consideradas mais importantes e possuindo mais recursos, seja na graduação ou exercendo a profissão, as humanidades, são desvalorizadas, assim, cotidianamente desconsideradas. Estabelecendo diferenças profissionais e educacionais ainda, a autora discute o contraste existente na vida particular, por exemplo, o grupo feminino preocupa-se com afazeres domésticos, maternidade, e esses são algumas das

dificuldades responsáveis pela evasão feminina do ensino, percebido na educação fundamental até a graduação superior, de modo que há casos raros em que o grupo masculino precisa pensar na mesma decisão, pois, a vida particular, seja familiar ou outra, não necessariamente poderá prejudicar seu desempenho acadêmico ou profissional.

Enfim, a crescente participação das mulheres na educação formal e no mundo do trabalho traz consequências diretas para sua autonomia. Todavia, essa autonomia é relativa, porque, apesar do nível de instrução, além das atividades profissionais, muitas mulheres acumulam outras responsabilidades como donas de casa, esposas, mães etc. Isso implica dupla ou tripla jornada de trabalho, sendo que o trabalho desenvolvido na esfera doméstica não é remunerado (SOUZA, 2008, p. 183).

Nesse sentido, percebemos a educação feminina como mecanismo de influência nas decisões futuras. Educação está que prioriza a importância do Outro, desconsiderando a autonomia da mulher.

2.1. A Mulher Migrante: a violência percorre continentes

Segundo Brandino (2015), no seu texto *Violência contra mulheres imigrantes é recorrente e subnotificada no Brasil*, não há segurança para mulheres no País, e o fator é abrangente quando é pensado na mulher imigrante, talvez, seja pela dificuldade na compreensão da língua nativa, a dependência econômica e financeira relacionada ao parceiro, ou o fato de não encontrar apoio das autoridades brasileiras, por motivos de medo, irregularidade, entre outros motivos que colaboram para a manutenção e invisibilidade da mulher que migrou em busca de um recomeço. Tendo em vista, que essas mulheres que imaginam não ter como possibilidade direitos básicos, como segurança, atendimento Médico, elas encontram-se como reféns da sua própria dor, pois, há sensação de abandono num país novo, sem perspectivas de ajuda. Assim, perpetua-se a violência, a vítima acostuma-se com os acontecimentos, pois, o ciclo de violência não finda.

Segundo os dados do Museu da imigração (2021), podemos notar que: Segundo a última atualização divulgada, com o título *International migrant stock 2019*, o número de migrantes internacionais, que no caso desse estudo significa pessoas vivendo em países ou outras áreas diferentes daqueles em que nasceu, pelo mundo era de 272 milhões de pessoas. O dado inclui todas situações e condições migratórias. Desse total, segundo a

análise, 47,9% eram mulheres. Um fato importante nesses dados, é que recentemente houve um modo diferente de analisar as migrações. Antes, as mulheres eram vistas como acompanhantes, mães, esposas, sendo assim, apenas acompanhando alguém que decidiu migrar, e atualmente, as pesquisas se interessam pelo motivo das mulheres, pois, muitas viajam sozinhas, e tem seus próprios interesses, que não, necessariamente, precisaria estar de acordo com um companheiro. Este tema é abordado no texto *Diálogos entre Gênero e migrações: mulheres imigrantes no Brasil*, quando as autoras descrevem que:

Ademais de todo este conjunto de questões, surge também a dupla vulnerabilidade sofrida pela mulher que migra como autônoma do processo de deslocamento internacional, mas que, por longos anos, foi esquecida e tratada como simples acompanhante, incluída na experiência masculina. Além de sofrer o estigma de ser humano indesejável, a mulher migrante também sofre com a histórica opressão de gênero, sendo diminuída por sua condição de mulher e confinada ao espaço privado (BERTOLDO; RICARDO, 2017, p. 87).

Nesse sentido, a questão da mulher migrante não é apenas um problema em relação ao seu país de origem, mas o problema se estende para o novo país que migrou, de forma que misoginia e violência são sinônimos dessa existência. E, pelos dados coletados, imaginamos que essas problemáticas enfrentadas não são casos isolados, mas situações rotineiras. Segundo o estudo, *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*, a autora propõe que muitas vezes, as imigrantes recorrem a trabalhos domésticos, para a sobrevivência, de modo que a exploração é intensificada nesses casos. Enquanto as mulheres procuram estas áreas para o trabalho, os homens migrantes procuram construções, restaurantes e lugares sociais.

O aumento da participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais é outra característica que tem colocado questões significativas para as teorias sobre migrações. Segundo Mirjana Morokvasic, a incorporação de mulheres imigrantes à força de trabalho nos países industrializados tem sido vista no contexto de crise econômica mundial, contexto esse marcado por uma progressiva desindustrialização e por um mercado de trabalho sexualmente segregado. Em geral, essas mulheres inserem-se no setor de serviços domésticos e utilizam-se de redes sociais informais, os chamadas enclaves étnicos de imigrantes, trabalhando como donas-de-casa ou empregadas domésticas (ASSIS, 2007, p. 746).

Portanto, o debate sobre migrações femininas é algo que precisa ser aprofundado para analisar as questões originárias, ou seja, os motivos que fizeram com que sentissem necessidade e mudar de continente, entender a realidade vivida antes, as dificuldades agora enfrentadas num novo lugar. É preciso analisar como acontece a relação

discriminatória que contribui para que estas mulheres não tenham oportunidades, segurança e sejam desvalorizadas, lembrando que muitas são enxergadas pela motivação do outro. Em outras palavras, a mudança na migração é percebida como mero acaso, pois, certamente, o esposo que desejou a mudança. Por exemplo, quando perguntado para um homem migrante o motivo para a mudança, pode-se imaginar que queria uma vida melhor, emprego de qualidade, e não é perguntado o mesmo para a mulher, mas se ela é casada e por isso, precisou migrar junto, desconsiderando que a mesma, também poderia ter suas próprias conquistas.

2.2. Mulher Trans

Para compreendermos a opressão de gênero, dando ênfase na questão trans, numa perspectiva econômica, será utilizado o texto *Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva*, representando a discussão entre as opressões existentes numa sociedade capitalista. Nesse sentido, Silvana Marinho (2018), expressa que as questões de gênero estão inseridas numa realidade desumanizada, onde as relações são alienadas. Dado que, está sendo considerado as relações existentes na sociedade capitalista, que consiste em exploração, hierarquia de poder. É preciso pensar nessa hierarquia social, considerando que os critérios que determinam a desigualdade, estão relacionados a gênero, raça, isto é, essas características são marginalizadas, ao ponto de serem consideradas como inferiores. Assim, é preciso pensar nas relações de produção de trabalho, para depois discutir o papel do gênero, como ressalta Silvana Marinho, dizendo que:

Importante refletir que a distribuição dos membros da sociedade, a distribuição da força de trabalho, é mediada também pelas relações patriarcais de gênero. Destarte, para além do exposto, há que situar o patriarcado como determinação social para pensar as relações de gênero. E, portanto, situar a articulação capitalismo e patriarcado, ou melhor, o sistema dominação-exploração dissecado por Saffioti como um sistema de dominação social, cultural, político e econômico (MARINHO, 2018, 605).

Nesse sentido, a autora descreve a relação do patriarcado, capitalismo e opressão, pois, é necessário discutir essa abordagem, para debater a questão de gênero, para percebermos que o regime patriarcal, causador de violências e sexualização, também percorre a comunidade de pessoas trans. Silvana, conclui que, a questão da opressão sofrida pelas pessoas trans, está atrelada a negação da norma, isto é, a mulher trans,

identifica-se com o gênero feminino, e então, anula a vivência masculina, agora, considerando-se algo que é lido pela sociedade patriarcal, como o gênero frágil, inferior, e outros adjetivos discriminatórios. Logo, a mulher trans, é percebida como uma fraqueza, pois, é uma mulher. E, nesse mesmo contexto, o homem trans é desconsiderado como homem, pois, para o patriarcado, é uma mulher, sendo assim, não pode exercer função masculina, por não ser o seu lugar de pertencimento.

2.3. A visão Contemporânea da mulher e os Movimentos Feministas

No livro *Feminismo para 99%: Um manifesto*, as autoras Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser nos apresentam atualizações sobre a sociedade, envolvendo luta das mulheres por direitos, as crescentes mobilizações sociais, que estão influenciando gerações. No primeiro capítulo, intitulado *Tese 1: Uma nova onda feminista está reiventando a greve*, podemos notar uma recente conquista da luta feminista, no ano de 2016, iniciava manifestações a favor do aborto na Polônia. Essa militância reuniu mais de 100 mil mulheres, o que provocou uma grande repercussão na mídia, concluindo em influenciar outros continentes a apoiarem e movimentarem seus países com o debate. Outro aspecto interesse é que não apenas mulheres participam das manifestações, mas também homens que apoiam a causa. Outro aspecto que mercê destaque é sobre a abrangência de outras pautas: percebe-se no crescente movimento feminista, uma oportunidade de colaborar e também de lutar em conjunto por ideias do povo, por exemplo questões de saúde pública, educação, a questão ambiental. As autoras retratam esse fato admiradas com o contexto, apresentando que:

Reanimando aquele espírito combativo, as greves feministas de hoje estão recuperando nossas raízes nas lutas históricas pelos direitos da classe trabalhadora e pela justiça social. Unindo mulheres separadas por oceanos, montanhas e continentes, bem como por fronteiras, cercas de arame farpado e muros, elas dão um novo significado ao lema “Solidariedade é nossa arma”. Abrindo caminho em meio ao isolamento dos muros internos e simbólicos, as greves demonstram o enorme potencial político do poder das mulheres: o poder daquelas cujo trabalho remunerado e não remunerado sustenta o mundo (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, posição 260).

Este crescente apoio na luta feminista, mostra-se como um divisor de ideias, sendo assim, importante episódio que marca a história como o início das novas mobilizações. Um fato interessante desse episódio de militância, está na greve realizada para ampliar as pessoas nas manifestações, e não somente o que é considerado como trabalho, pois o não

o remunerado também deve ser considerado. Isto é, essa nova onda feminista, nos possibilita questionar; quem é trabalhador? O que é trabalho? Assim, debatendo a importância do trabalho doméstico e sua desvalorização. Abrangendo pautas necessárias, o feminismo contemporâneo, prioriza questões de classe, raça, etc.

Ao tornar visível o papel indispensável desempenhado pelo trabalho determinado pelo gênero e não remunerado na sociedade capitalista, este ativismo chama atenção para atividades das quais o capital se beneficia, mas pelas quais não paga. E, no que diz respeito a trabalho remunerado, as grevistas adotam uma visão abrangente sobre o que é considerado questão trabalhista. Longe de se concentrar apenas em salários e jornadas, elas também têm como alvo o assédio e a agressão sexual, as barreiras à justiça reprodutiva e a repressão ao direito de greve (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, posição 269).

Entretanto, ainda há complicações na luta feminista, pois, a revolução igualitária é dificultada, seja por uma parte que percebe na opressão feminina vantagens e domínio, e outras que dissocia o que seria o verdadeiro feminismo, para assim, agir de modo contrário com os ideais feministas e prejudicar a luta. Nesse sentido, temos o Feminismo liberal. Acontece que, infelizmente, o feminismo liberal é confundido ou comparado com o feminismo real. É uma comparação equivocada, pois, o feminismo liberal não fornece mudanças estruturais, muito menos uma solução, mas é a causa do problema. Este pensamento errôneo, corrobora para que seja entendido que a revolução feminina consista em participar ativamente do capitalismo, sendo que isso não é considerado “empoderamento”, mas aliança com a classe opressora, assim, não gera revolução, apenas manipulação, isto é, apenas terceiriza a opressão, não tem o objetivo de anulá-la por completo. Portanto, este “feminismo”, apenas contribui para falácias e visões distorcidas do que seria uma luta ideal. Assim, o verdadeiro feminismo está associado a conquista de todos e não a elevação de apenas uma classe, ou seja, o pensamento que propõe individualidade e empreendedorismo não é a solução para uma sociedade desigual e misógina.

Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, posição 303).

Podemos perceber a precisão desse assunto, no livro *Por um feminismo para os 99%: Introdução ao pensamento Feminista Negro*, o qual consiste numa série de conversações sobre pautas que o feminismo necessariamente deve executar. Nele é pensado na questão de classe, desigualdade, entre outros aspectos importantes para considerar-se. Apresentado isso, temos a iniciativa de Talíria Petrone, no primeiro capítulo chamado *A urgência do Feminismo para 99%*. A autora esboça que o estudo proposto no livro é sobre mulheres que sofrem carência de necessidades básicas, aquelas que estão a margem da pobreza, assim como é também para indígenas, LGBTQI+, em suma, é para toda a classe trabalhadora que sofre existindo numa sociedade capitalista, resultando numa realidade hostil e desigual. Talíria defende que:

O feminismo é uma urgência no mundo, o feminismo é uma urgência na América latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela (PETRONE, 2021, posição 84).

Retomando o estudo de *Feminismo para os 99%: Um manifesto*, ponderamos que no capítulo *Tese 3: Precisamos de um feminismo anticapitalista – um feminismo para os 99%*, é bastante esclarecedor quais são os posicionamentos e metas dessa nova onda feminista. As propostas estão voltadas para anular a raiz do problema de todas as opressões, que, segundo o Feminismo Marxista, está justificado na existência do capitalismo, como um fomentador da desigualdade, que, necessita dos oprimidos para manter-se. Desse modo, a ampliação no grupo de pessoas que compõe a luta de classes é tão destacada.

Aspiramos a enfrentar esses desafios. Evitando medidas parciais, o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalistas da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das imigrantes, das mulheres queer, das trans, e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, posição 335).

Sendo assim, o feminismo marxista surge como última alternativa e motivo de esperança para aqueles que enfrentam as adversidades do capitalismo no dia a dia. E, podemos notar que não somente mulheres são contempladas e ouvidas nesse movimento, mas qualquer pessoa, que tenha seus direitos revogados pela classe dominante, poderá

sentir-se acolhida numa ideologia que consiste no oprimido como foco, e que, não utilizará de acordos, falsas conquistas ou qualquer outra desilusão para simular uma revolução. Concluímos que a mudança estrutural não surge por acaso, mas como consequência do conjunto de pautas, isto é, a junção de inúmeras causas, com o mesmo propósito, que é a libertação humana, isto será a consequência do feminismo para os 99%.

Conclusões Finais

No início da pesquisa desse tema, o propósito principal era entender a opressão feminina, buscando referências históricas e filosóficas para dar sentido ao questionamento. De início, era pensado no casamento como ideia central, mas analisando outros parâmetros, podemos deduzir que a pesquisa deveria estender-se para além da vida conjugal, mas considerar as questões de classe, de gênero, de sexualidade, além das questões migratórias. Assim, esse tema iniciou-se com o pensamento existencialista de Simone de Beauvoir, precisamente no livro *O Segundo Sexo*.

Em contrapartida, este tema tomou proporções desmedidas, pois, a cada nova pesquisa sobre a questão da mulher, o estudo parecia infundável. Com a contribuição de *o Calibã e a Bruxa*, da pesquisadora Silvia Federici, percebemos que a pesquisa seria cansativa e extensa, pois, a cada particularidade de um contexto histórico, mais questões eram levantadas, mesmo que indiretamente. Assim, o estudo primário e individual da mulher, tomava forma e iniciava-se uma pesquisa ampla.

Desse modo, a criação do texto, procurava relatar e questionar as vivências antigas, assim, destacando-se o período primitivo dos humanos, visando compreender a relação de família, maternidade e autonomia no tempo que não havia civilização. Passando esse contexto, tivemos conhecimento dos horrores no período medieval, constituído por perseguições, estupros e dominação da face feminina.

Levando em consideração a discussão associada ao casamento e contra revolução, discutida no tema das caças às bruxas, abordando as situações envolvendo a privacidade, liberdade de escolha da mulher, percebemos que a decisões pessoais foram criminalizadas. E, inicia-se pensamentos sobre e ideia de que o Estado age diretamente na autonomia feminina.

Assim, a pesquisa dirigiu-se para compreender a formação do casamento, utilizando os estudos de Engels, na sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, discutindo a função da monogamia nas relações atuais.

Retomando Beauvoir, e comparando com os estudos históricos de Federici, podemos perceber a diversidade na história da mulher, quando é retratada a questão social. Assim, iniciava-se a primeira ramificação do estudo, pois, havíamos percebido que entre as mulheres havia ou existiam desigualdade, nesse aspecto, estamos falando de desigualdade social, assim, uma sendo burguesa e a outra sendo proletária.

Ao comparar a mulher burguesa e a proletária, notamos que ambas tinham interesses diferentes. Enquanto uma preocupa-se com a propriedade e o capital, a outra preocupa-se em ter direitos trabalhistas e conseguir sobreviver.

Nesse momento, a pesquisa ganhava mais ramificações, tendo em vista que toda vivência feminina estava sendo considerada como objeto de pesquisa, começamos a refletir sobre a questão da mulher negra. Ao longo do estudo, foi notado a discrepância em relação à mulher branca. A lacuna existente entre elas na luta feminista, que corroborava para o apagamento da mulher negra, pois, não poderia haver participação das mesmas. Podemos notar esse feminismo seletivo atuando, tanto nos EUA, como no Brasil.

Para além do que percebemos no meio social, pensamos em questionar a vivência familiar, por exemplo, se haveria influências que colaboram para alguns sentimentos e posicionamentos femininos. Vimos em Beauvoir, que sim, a família tem relevância no modo da mulher se perceber no mundo. E que a educação direcionada aos filhos é diferente, sobrando para a menina uma educação depreciativa.

Pensando na violência feminina, decidimos investigar a narrativa de mulheres migrantes, constatamos que, muitas migrantes são vítimas de assédios, agressões, mas por viverem num país novo, e ilegalmente, muitas vezes, tentam ignorar o fato, por medo das autoridades. Além das suas novas profissões concentrarem-se nas aéreas mais desvalorizadas, por exemplo, no trabalho doméstico.

Ainda tentando estudar todas as particularidades que compõe a opressão feminina, decidimos estudar as mulheres trans. Nesse percurso percebemos que, mulheres trans são discriminadas por serem algo que é considerado inferior, por serem mulheres.

Por fim, resolvemos ampliar a busca pela mulher na esfera contemporânea. Podemos notar a nova onda feminista surgindo no século atual, com características diferentes das anteriores, pois, agora, o movimento preocupa-se em lutar por todas as mulheres e a classe trabalhadora. Diferenciando-se o feminismo liberal.

Concluimos com o estudo, que a questão da mulher é um tema amplo, que precisa ser analisado rigorosamente, considerando raça, religião, história, sexualidade, classe

social, etc. Assim, concluo que pesquisas como esta, visando compreender narrativas femininas são o reflexo de um assunto urgente, a revolução.

REFERENCIA BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, J. E.-J. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 18, p. 265–300, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2345>. Acesso em: 18, maio. 2021.

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300015&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. **Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 18, 2012, Águas de Lindóia. Anais. São Paulo: 2012. p 2 – 11.

BERTOLDO, Jaqueline; RICARDO, Karoline Hachler. Diálogos entre Gênero e migrações: Mulheres imigrantes no Brasil. **Captura Crítica**. Santa Catarina, v. 6, n. 1, 2017, p. 83 – 106. 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BRANDINO, Gêssica. **Violência contra mulheres imigrantes é recorrente e subnotificada no Brasil**. 2015. Disponível em <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violenciacontra-mulheres-imigrantes-e-recorrente-e-subnotificada-no-brasil/>>. Acesso em: 14 maio, 2021.

CABARELLO, Alan; JUNIOR, Antônio. Congresso Alas, XXXI, 2017, Montevideo. **Educação dos corpos e desigualdade entre os sexos: apontamentos a partir das perspectivas de Simone de Beauvoir e Pierre Bourdieu. Uruguay. 2017**

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentando das desigualdades sociais.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 27, fevereiro, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211. Acesso em 10, de janeiro, de 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Edição Kindle.

DE SOUZA RAMOS, S. **Mulheres e gênese do capitalismo: de Foucault a Federici.** Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), Rio Grande do Norte, 30, janeiro, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/19783>. Acesso em 23, de março, de 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Nélio Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas.: Da Idade Média aos dias atuais.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936.** São Paulo: Boitempo, 2014.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, June 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25, de abril, de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas Arrebatadoras.** Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo**. Tradução Livre. Lisboa: Plataforma Gueto, 2014.

KOLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão popular, 2000.

KOLLONTAI, Aleksandra; PALHA, Amanda; FLAUZINA, Ana; DAVIS, Angela; BIROLI, Flávia. **Introdução ao pensamento feminista negro/Por um feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A proletária**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 433-435, ago. 2020. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/38449>>. Acesso em: 19 Mai. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.38449>.

MARINHO, Silvana. **Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva**. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 602-610, Dec. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802018000300602&lng=en&nrm=iso. Acessado em 22, de abril, de 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p602>.

MARTINS, Ester Gouvêa; VEDOVATO, Luís Renato. Migração internacional de mulheres e o trabalho doméstico remunerado: opressão e cidadania na era da globalização. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1975-2009, July 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000301975&lng=en&nrm=iso. Acessado em 20 Maio 2021. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/23572>.

MILLET, Kate. **Política Sexual**. Tradução de Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Guararapes, 1981.

Mulheres e Migração: Números e fontes sobre mulheres na migração contemporânea. *Museu na Imigração*, 2021. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/mulheres-e-migracao-numeros-e-fontes-sobre-mulheres-na-migracao-contemporanea>. Acessado em: 19, maio, 2021.

OLIVEIRA, Brígida de Souza. **Herdeiras da inquisição: uma análise de violência contra a mulher no desenvolvimento do capitalismo**. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia - Campus do Sertão, Curso de História, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018. <http://200.17.114.109/handle/riufal/5015>

SAFFIOT, Heleieth; ALMEIDA, Suely. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter Ltda., 1995.

SOUZA, Sandra Duarte. Educação, trabalho e socialização de gênero: Quando ser mulher pesa mais na balança da desigualdade social. *Educação & Linguagem*, 11, N 18, 170-185, Jul.- Dez. 2008.

SCHNEIDEER, Graziela. **A Revolução das Mulheres: A emancipação feminina na Rússia Soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

TRISTÃO MACIEL, R.; PINHEIRO, V. **Doenças, Lutas Sociais, Medicina Tradicional e a Caça às Bruxas**. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 21, n. 1, p. 29 - 43, 10 dez. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/12116>. Acesso em 20, de abril, de 2021.

TOSI, L. **Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna**. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 10, p. 369–397, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 23, de abril, de 2021.